

Universidade Metodista de Piracicaba

Faculdade de Direito

Neemias Moretti Prudente

**Justiça Restaurativa, Experiências Brasileiras, Propostas e  
Direitos Humanos**

Piracicaba

Fevereiro de 2009

Universidade Metodista de Piracicaba

Neemias Moretti Prudente

**Justiça Restaurativa, Experiências Brasileiras, Propostas e  
Direitos Humanos**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de **Mestre em Direito** à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba.

Orientadora: Ana Lucia Sabadell

Piracicaba

Fevereiro de 2009

PRUDENTE, Neemias Moretti.

Justiça Restaurativa, Experiências Brasileiras, Propostas e Direitos Humanos. Piracicaba, 2009. 276p.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lucia Sabadell

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito –  
Universidade Metodista de Piracicaba.

1- Justiça Restaurativa. 2- Experiências Brasileiras. 3. Direitos Humanos

## **Termo de Aprovação**

### **Justiça Restaurativa, Experiências Brasileiras, Propostas e Direitos Humanos**

Neemias Moretti Prudente

#### **BANCA EXAMINADORA**

.....  
Prof. Dra. Ana Lucia Sabadell  
Orientadora

.....  
Prof. Dr. Antonio Isidoro Piacentin

.....  
Prof. Dr. José Renato Martins

A Paulo Sérgio Xavier de Souza (*in memoriam*)

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu amado Deus, por tudo.

A Professora Doutora Ana Lucia Sabadell, minha orientadora, sem a qual este trabalho não teria sido concluído, ou melhor, sequer iniciado. Também pela dedicação, pela amizade e pelos ensinamentos que me transmitiu em tão pouco tempo, de extremo valor e qualidade.

Aos membros da banca de qualificação do projeto, Professores Doutores José Renato Martins e Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez, apresentando críticas, comentários e sugestões que muito me auxiliaram, assim como os membros da banca de defesa da dissertação, Professores Doutores Antonio Isidoro Piacentin e José Renato Martins.

Ao corpo docente do Mestrado, em especial aos Professores Doutores Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez, Jorge Luiz de Almeida, José Luiz Gavião de Almeida e Gessé Marques Junior, pelos ensinamentos e pelo carinho ofertado.

Aos colegas que adquiri no Mestrado e se tornaram amigos, durante essa árdua e calorosa jornada, em especial, à Gerciel Gerson de Lima, Maria Carolina Ramos, Octávio Carlos Peso Goio e Tiago Felipe Coletti Malosso.

Aos amigos “restaurativistas”, em especial, Alexandre Morais da Rosa, Renato Sócrates Gomes Pinto, Pedro Scuro Neto, Anderson Alcântara Silva Melo, Egberto de Almeida Penido, Richard Paulro Pae Kim, Rodrigo Puggina, Carlos Eduardo Vasconcelos, Eduardo Rezende Melo, pelo auxílio na realização deste trabalho.

Aos membros do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa que, com as calorosas discussões e críticas, umas pertinentes e outras nem tanto, enriqueceram o conteúdo deste trabalho.

A Universidade Metodista de Piracicaba, pelo apoio institucional.

Aos funcionários da Secretaria, especialmente à Sueli Catarina Verdicchio Quilles e Dulce Helena dos Santos, por todo o apoio dispensado durante o Mestrado, sempre solícitas e amigas.

Ao José Cícero de Oliveira, professor e amigo desde os tempos da graduação, pelo incentivo e pelas primeiras lições de Direito Penal.

A minha amada família, em especial, aos meus pais, Nehemias e Joana, por tudo que fizeram e por terem me propiciado as condições para estudar por tantos anos.

Aos meus queridos avôs, Elza e Rubens, exemplos de pessoas, sempre presentes e dispostos a ajudar não só neste trabalho, mas ao longo da vida.

A minha Esposa, Lorena, pelo incentivo, pela paciência e pelo carinho, indispensáveis no período do mestrado. Ao nosso filho, Daniel, que nasceu durante o curso e em meio aos livros e teclado, para quem minhas palavras nunca conseguirão expressar a importância que possui em minha vida.

A todos que me ajudaram neste trabalho, de um modo ou de outro, meu sincero muito obrigado. De todos e de cada um há uma parcela de contribuição para a elaboração deste trabalho.

*“... Entra em acordo sem demora com o teu adversário, enquanto estás com ela a caminho, para que o adversário não te entregue ao juiz, o juiz, ao oficial de justiça, e sejas recolhido à prisão ...” (Mateus, 5:25).*



## RESUMO

O presente trabalho, vinculado à linha de pesquisa “Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos”, aborda o tema: Justiça restaurativa e seus reflexos no Brasil. A justiça restaurativa como uma nova forma de resolução de conflitos na esfera criminal, onde as próprias partes envolvidas no conflito, direta ou indiretamente, buscam, por meio do diálogo e consenso, e com a ajuda de um facilitador, a solução de seus próprios conflitos, visando à reparação do dano (sentido lato) e a reintegração das partes (vítima, infrator e comunidade). Para tanto, no primeiro capítulo, faz-se uma abordagem acerca dos aspectos fundamentais da justiça restaurativa, ou seja, antecedente histórico, terminologias e definições, valores fundamentais, diferentes práticas e bases fundamentais, de acordo com a Organização das Nações Unidas e a União Européia, para o uso da Justiça Restaurativa. No segundo capítulo, apresenta-se como a justiça restaurativa surge e se desenvolve no Brasil, os projetos em andamento e as recomendações para uso da justiça restaurativa no Brasil. O terceiro capítulo trata dos direitos humanos e sua harmonização com a Justiça Restaurativa, por conseguinte, acerca das possibilidades da justiça restaurativa frente o ordenamento jurídico brasileiro e, por fim, sobre a proposta de aplicação da justiça restaurativa no Brasil.

**Palavras-chave:** Justiça Restaurativa. Experiências Brasileiras. Direitos Humanos.

## RÉSUMÉ

Ce travail, rebond à la ligne de recherche de “Droits fondamentaux collectives et diffuses”, aborde le thème: justice réparatrice et de ses réflexes au Brésil.. La justice réparatrice comme une nouvelle forme de solution des conflits dans le domaine pénal, où les parties au conflit, directement ou indirectement, rechercher, par le biais du dialogue et de consensus, et avec l'aide d'un facilitateur, la solution de leurs propres conflit, afin d' obtenir la réparation des dommages (sens large) et à la réintégration des parties (la victime, le délinquant et la communauté). Ainsi, dans le premier chapitre, est une approche sur les aspects fondamentaux de la justice réparatrice, c'est-à-dire, les aspects historiques, la terminologie et les définitions, les valeurs, les différentes pratiques et des bases, selon l'Organisation des Nations Unies et l'Union européenne, pour l'utilisation de la justice réparatrice. Le second chapitre est présenté comme une justice réparatrice apparaît et se développe au Brésil, les projets en cours et recommandations pour l'utilisation de la justice réparatrice au Brésil. Le troisième chapitre traite des droits de l'homme et leur harmonisation avec la justice réparatrice, par conséquent sur les possibilités de la justice réparatrice front le système juridique brésilien, et, enfin, sur la proposition d'application de la justice réparatrice au Brésil.

**Mots-clés:** Justice Reparatrice. L'expériences brésilienne. Droits de l'homme.

## RESUMEN

Este trabajo, vinculada a la línea de investigación de la “Los Derechos Fundamentales colectivos y difusos”, aborda el tema: Justicia Restaurativa y sus reflejos en el Brasil. La Justicia Restaurativa como una nueva forma de solución de conflictos en el ámbito penal, donde la partes en el conflicto, directa o indirectamente, busca, a través del diálogo y el consenso, y con la ayuda de un facilitador, la solución de sus propios conflicto, a reparar el daño (sentido amplio) y la reintegración de las partes (víctima, agresor y comunidad). Así, en el primer capítulo, es un enfoque en los aspectos fundamentales de la justicia restaurativa, es decir, los aspectos históricos, la terminología y las definiciones, los valores, las diferentes prácticas y bases fundamentales, de acuerdo con las Naciones Unidas y la Unión Europea, para el uso de la justicia restaurativa. El segundo capítulo se presenta como una justicia reparadora surge y crece en Brasil, los proyectos en curso y recomendaciones para la aplicación de la justicia restaurativa en el Brasil. El tercer capítulo trata de los derechos humanos y su armonización con la justicia restaurativa, por tanto, sobre las posibilidades de la justicia restaurativa frente ordenamiento jurídico brasileño y, por último, sobre la propuesta de aplicación de la justicia restaurativa en el Brasil.

**Palabras-clave:** Justicia Restaurativa. Experiencias de Brasil. Derechos humanos.